



Portal do Docente

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO CARLOS ALBERTO REYES
MALDONADO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS



EMITIDO EM 12/04/2024 10:52

VISUALIZAÇÃO DA AÇÃO DE EXTENSÃO

DADOS DA AÇÃO DE EXTENSÃO

Código:	PJxxx-2024								
Título:	Serviço de Assessoria Jurídica Popular em Direitos Humanos								
Ano:	2024								
Período:	06/05/2024 a 04/05/2025								
Tipo:	PROJETO								
Situação:	AGUARDANDO APROVAÇÃO DO DIRETOR DE FACULDADE								
Município de Realização:									
Espaço de Realização:									
Abrangência:	Regional								
Público Alvo:	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Tipo</th> <th>Quantidade</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>DISCENTE</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td>TÉCNICO</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>COMUNIDADE</td> <td>100</td> </tr> </tbody> </table>	Tipo	Quantidade	DISCENTE	10	TÉCNICO	1	COMUNIDADE	100
Tipo	Quantidade								
DISCENTE	10								
TÉCNICO	1								
COMUNIDADE	100								
Unidade Proponente:	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CAC / UNEMAT								
Unidade Orçamentária:	-								
Outras Unidades Envolvidas:									
Área Principal:	DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA								
Área do CNPq:	Ciências Sociais Aplicadas								
Fonte de Financiamento:	AÇÃO AUTO-FINANCIADA								
Fundação de Apoio:	NÃO								
Renovação:	NÃO								
Nº Bolsas Solicitadas:	0								
Nº Bolsas Concedidas:	0								
Nº Discentes Envolvidos:	6								
Faz parte de Programa de Extensão:	NÃO								
Ação a partir de Instrumento Legal:	NÃO								
Público Estimado:	111 pessoas								
Público Real Atendido:	Não informado								
Vagas disponíveis para Discentes em Creditação:	10								
Tipo de Cadastro:	SUBMISSÃO DE NOVA PROPOSTA								

Contato

Coordenação: ANTONIO ARMANDO ULIAN DO LAGO ALBUQUERQUE
E-mail: antonio.armando@unemat.br
Telefone:

Detalhes da Ação

Justificativa:

A Universidade propõe a integração com a comunidade e com a sociedade, de modo a produzir o conhecimento coletivamente, acumulando e trocando o saber a partir de bases comunitárias, organizando-se derredor da formação de um novo senso comum, em que seja urgente e necessário a aplicação de políticas públicas conjuntas e práticas para responder as demandas do cotidiano das comunidades, principalmente para aqueles considerados mais vulneráveis às circunstâncias sociais, econômicas e políticas. O curso de Direito, no País, possui longo e qualificado trabalho de prestação de serviços jurídicos à comunidade, comumente por meio de seu Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), com desenvolvimento de educação, pesquisa e extensão, mas que na área extensionista se convencionou denominar em algumas IES, Escritório Modelo de Assistência Jurídica (EMAJ). Entretanto, normalmente, essas atividades junto a tais Núcleos ou EMAJs não se vinculam às demandas dos Povos Indígenas e Tradicionais, por exemplo, este projeto se proporá também ao atendimento especializado a tais povos. Uma das dificuldades iniciais se vincula a realização de triagem para que as atividades não incursionem em área de atividade da advocacia privada, e, por isso mesmo, a triagem será realizada tanto pela

secretaria do NPJ, como pela coordenação deste Projeto, podendo realizar a resolução de conflitos coletivos, seja por meio judicial ou não judicial. As atividades extensionistas de prestação de serviços terá como ênfase o atendimento, mediante triagem, das demandas coletivas espontâneas advindas dos coletivos vulnerabilizados, com ênfase não litigiosa (formação popular jurídica, mediação-conciliação, elaboração de pareceres, constituição e acompanhamento na criação do estatuto social das associações), e litigiosa (acompanhamento de acordo pré-processuais, mediação judicial, elaboração de termo de acordo e ajuste entre partes, representação para abertura de inquérito civil, ações coletivas) envolvendo, comumente, área constitucional, meio ambiente, agro-socioambiental, povos indígenas e tradicionais, pessoas com deficiência física, sendo realizadas sob a representação de capacidade postulatória-judicial do Proponente deste projeto, como também pelos professores orientadores do NPJ, tendo estudantes das disciplinas de Direitos Humanos e Prática Jurídica I em Direitos Humanos, como também demais interessados(as). É notório que muitas associações possuem capacidade de representação, ou seja, de atuação a provocar o Poder Judiciário. Possuem ainda para concorrer a editais que apoiam iniciativas socioeconômicas diferenciadas e de acordo com a cultura de cada povo, entretanto, para que possam pleitear esses recursos precisam estar regulares e, este projeto pode, dentre outras atividades, auxiliá-las neste sentido. Trata-se de prestação de serviço em que os estagiários do Curso de Direito poderão atuar, sob orientação de professores e do coordenador do Projeto, em demandas não litigiosas e litigiosas, devendo realizar ações de educação popular e oficinas. A Assessoria Jurídica Popular tem sido desenvolvida em várias Instituições como atividade complementar aos estudantes desde o primeiro ao último ano do curso, funcionando como âmbito de educação popular, pesquisa de campo e também assessoria a movimentos e organizações coletivas. Tanto a Universidade Federal da Bahia (UFBA) como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) desenvolvem esses trabalhos há décadas. Entretanto, desconhecemos a ação/atuação em demandas não litigiosas relacionadas à gestão das associações/entidades, e também especificamente em relação aos Povos Indígenas e Tradicionais, sendo considerada uma inovação no mundo jurídico universitário. Este Projeto de Extensão tem sua centralidade no oferecimento especializado de assessoria jurídica popular em Direitos Humanos, comprometendo-se com a indissociabilidade entre educação, pesquisa e extensão.

Resumo:

O Projeto SAJUDH/UNEMAT oferecerá assessoria não litigiosa e litigiosa aos Povos vulnerabilizados da região oeste de MT, representados por associações sem fins lucrativos. Objetiva-se realizar atividades de educação popular jurídica, oficinas, organização de gestão administrativa-jurídica. Será oportunizada a participação direta de estudantes de graduação interessados, bem como aqueles(as) em fase de estágio junto ao Núcleo de Prática Jurídica (NPJ/UNEMAT), devendo atuar em ações coletivas. A triagem das ações será realizada pelo coordenador do Projeto e secretaria do NPJ. Será oportunizada ainda a realização de reuniões com a OAB, MPF, MPE, DPU, DPE, ICMBio, tentando criar uma rede de atenção jurídica especificamente aos povos vulnerabilizados, objetivando articular diferentes atores institucionais para a importância da defesa dos Direitos Humanos na região. Espera-se como resultado criar condições para estabelecer um Programa Permanente de SAJUDH integrado da teoria-prática na área jurídica junto ao Núcleo de Prática Jurídica (NPJ).

Metodologia:

A metodologia se divide no desenvolvimento de ações não-litigiosas e litigiosas conforme demanda espontânea e triagem realizada pelo NPJ e coordenador do projeto. Serão oportunizadas a partir das demandas espontâneas das entidades sem fins lucrativos, elaboração de oficinas (oficinas) educativas populares, orientação sobre a constituição e manutenção das associações, e defesa em ações litigiosas e não litigiosas em Direitos Humanos. Serão realizadas reuniões com várias instituições, Justiça Federal, MPF, DPU, MPE, DP, OAB e ICMBio para criação de uma rede de proteção aos Direitos Humanos.

Referências:

ALBUQUERQUE, AAUL; ALBUQUERQUE FILHO, AL; RODRIGUES, ST. Educação jurídica indígena. Curitiba: Juruá, 2016. ALBUQUERQUE, AAUL. Multiculturalismo e direito à autodeterminação dos povos indígenas. Porto Alegre: SAFE, 2008. _____. Comparação entre a participação política indígena boliviana e brasileira: a inserção da atuação indígena brasileira no debate democrático decolonial latino-americano. 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política), Coordenação de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. CAMPILONGO, Celso Fernandes. Assistência Jurídica e Realidade Social: Apontamentos para uma Tipologia dos Serviços Legais, Coleção Seminários - AJUP/FASE, n. 15 - Discutindo a Assessoria Popular, pp. 8-28, jun/1991, Rio de Janeiro. FREIRE, Paulo. Ação Cultural para a Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. FURMANN, Ivan. Novas Tendências da Extensão Universitária em Direito. Da assistência jurídica à assessoria jurídica. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/6481/novas-tendencias-da-extensao-universitaria-em-direito>>. Acesso em: 09 set. 2019. LUZ, Vladimir de Carvalho. Assessoria Jurídica Popular no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. NOLETO, Mauro de Almeida. Práticas de Direitos: uma Reflexão sobre a Prática Jurídica e Extensão Universitária. In: Direito à Memória e à Moradia: Realização dos Direitos Humanos pelo Protagonismo social da Comunidade do Acampamento Telebrasil. Brasília: UnB. SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez Editora, 1997. SANTOS, Boaventura de Sousa. A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

Membros da Equipe

Nome	Categoria	Função	Faculdade	Início	Fim
JESUS VIEIRA DE OLIVEIRA	DOCENTE	MEMBRO	CAC-FACISA	06/05/2024	04/05/2025
SERGIO ANTONIO ROSA	DOCENTE	MEMBRO	CAC-FACISA	06/05/2024	04/05/2025
EDINALVA SEBASTIANA DA CONCEIÇÃO LEITE	SERVIDOR	COLABORADOR(A)	CAC	06/05/2024	04/05/2025
ISABELA DE SOUZA SILVA	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)		06/05/2024	04/05/2025
LUCIANO PEREIRA DA SILVA	DOCENTE	MEMBRO	CAC-FACH	06/05/2024	04/05/2025
BEATRIZ CALIXTO EDE AMARAL	DISCENTE	ALUNO(A)		06/05/2024	04/05/2025

Nome	Categoria	Função	Faculdade	Início	Fim
GEOVANA CARVALHO ALVES	DISCENTE	VOLUNTARIO(A) ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)		06/05/2024	04/05/2025
EDUARDO SAMUEL DE MORAES SILVA	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)		06/05/2024	04/05/2025
MARCOS VINICIUS SANTOS CASTILHO	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)		06/05/2024	04/05/2025
MATHEUS IBANE FERREIRA	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)		06/05/2024	04/05/2025
ANTONIO ARMANDO ULIAN DO LAGO ALBUQUERQUE	DOCENTE	COORDENADOR(A)	CAC-FACISA	06/05/2024	04/05/2025

Discentes com Planos de Trabalho

Nome	Vínculo	Situação	Início	Fim
------	---------	----------	--------	-----

Discentes não informados

Ações Vinculadas ao PROJETO

Código - Título	Tipo
-----------------	------

Não há ações vinculadas

Ações das quais o PROJETO faz parte

Código - Título	Tipo
-----------------	------

Esta ação não faz parte de outros projetos ou programas de extensão

Objetivos / Resultados Esperados

Objetivos Gerais	Quantitativos	Qualitativos
Orientação e Representação		
Realização de oficinas em educação popular em Direitos Humanos aos coletivos vulnerabilizados		
Acompanhar os processos de regularização dos documentos e registros das associações sem fins lucrativos		
Elaborar assessoria e consultoria às associações sem fins lucrativos com assento dos conselhos de políticas públicas municipais e estaduais		

Cronograma

Descrição das atividades desenvolvidas	Período
Orientação das atividades, documentação para criação de estatuto social às associações sem fins lucrativos	06/05/2024 a 04/05/2025
Desenvolvimento de atividades de educação popular em Direitos Humanos	06/05/2024 a 04/05/2025
Realizar a regularização e o acompanhamento de funcionamento das associações sem fins lucrativos	06/05/2024 a 04/05/2025
Elaborar assessoria e consultoria às associações sem fins lucrativos com assento nos conselhos de políticas públicas municipais e estaduais que se relacionem com Direitos Humanos	06/05/2024 a 04/05/2025

Orçamento Detalhado

Descrição	Valor Unitário	Quant.	Valor Total
DIÁRIAS			
Mobilidade de docentes orientadores e estagiários para reuniões coletivas com as associações assistidas	R\$ 1.000,00	1.0	R\$ 1.000,00
SUB-TOTAL (DIÁRIAS)		1.0	R\$ 1.000,00

Consolidação do Orçamento Solicitado

Descrição	PROEC (Interno)	Fundação de Apoio	Outros (Externo)	Total Rubrica
DIÁRIAS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00

Arquivos

Descrição Arquivo
Projeto de Extensão SAJUDH

Orçamento Aprovado

Descrição	PROEC (Interno)
DIÁRIAS	R\$ 0,00

Lista de faculdades envolvidas na autorização da proposta

Autorização	Data Análise	Autorizado
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CAC		NÃO

SIGAA | Tecnologia da Informação da Unemat - TIU - (65) 3221-0000 | Copyright © 2006-2024 - UNEMAT - sig-application-01.applications.sig.oraclevcn.com.srv1inst1